

da Lei Municipal Nº 263/72, ora ratificada em todo o seu teor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagarto, Em 22 de Maio de 1984.

Prefeito Municipal
J. M. S. de Almeida

M. B. de Almeida
Sec. Mun. da Administração

Expediente do dia 22 de Março de 1972

Lei Nº 263/1972

"Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do Município de Lagarto e dá outras providências".

JOSE RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Lagarto, Estado de Sergipe, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - São símbolos do Município de Lagarto, Estado de Sergipe, de continuidade com o disposto no § 3º do Art. 1º da Constituição Federal:

- a) O Brasão Municipal
- b) A Bandeira Municipal
- c) O Hino Municipal

CAPÍTULO II

DA FORMA DOS SÍMBOLOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DOS SÍMBOLOS EM GERAL

Artigo 2º - Consideram-se Padrões do Símbolo do Município de Lagarto, Estado de Sergipe, os exemplares confeccionados nos termos e dispositivos da presente Lei.

Artigo 3º - No Gabinete do Prefeito na Diretoria Geral da Câmara Municipal e no Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social, serão conservados exemplares-padrões dos Símbolos Municipais, no sentido de servirem de modelo obrigatório para a respectiva confecção, constituindo-se em elementos de confronto para comprovação dos exemplares destinados a apresentação, procedam ou não iniciativa particular.

Artigo 4º - A confecção da Bandeira Municipal

somente será executada mediante determinação do Poderes Legislativo ou Executivo Municipal, e com autorização especial escrita, quando a execução for executada por conta de terceiros;

§ 1º - De forma idêntica proceder-se-á o Livro Municipal, cuja autorização deverá conter a assinatura e data de despacho do Prefeito Municipal ou do Presidente da Câmara, os seus Delegados ou representantes.

§ 2º - É verdade a colocação de qualquer indicação sobre a Bandeira e o Brasão Municipal.

§ 3º - É proibida a reprodução, tanto do Brasão como da Bandeira Municipal, para servirem de propaganda política ou comercial.

ARTIGO 5º - Em qualquer reprodução feita por conta de terceiro, da Bandeira ou do Brasão Municipal, com autorização especial, o beneficiário deverá fazer prova da peça reproduzida, com arquivamento de um exemplar no Departamento competente da Prefeitura Municipal, que exercerá fiscalização e observância dos modelos, cores e palavras.

§ Único - Não se aplica a Bandeira Municipal a exigência anterior, cuja apresentação será feita após a sua confecção, para simples verificação e registro no livro competente.

SEÇÃO II

DA BANDEIRA MUNICIPAL

ARTIGO 6º - A Bandeira Municipal de Bagart, de autoria do heráldista Professor Arcinice Antonio Rixeta de Farias, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, será ESQUARTELADA EM SALTO, SENDO OS QUARTEIS DE VERMELHO, CONSTITUÍDOS POR QUATRO FAIXAS BRANCAS CARREGADAS DE SOBRE-FAIXAS PRETAS, DISPOSTAS DUAS A DUAS EM BANDA E EM BARRA E QUE PARTEM DE CÍRCULO BRANCO CENTRAL, ONDE O BRASÃO MUNICIPAL É APLICADO.

§ 1º - De conformidade com a tradição da Heráldica Portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, as Bandeiras Municipais podem ser giradas, sextavadas, oitavadas, esquarteladas em cruz em salto e em faixa e ainda perçeadas, sendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo e ostentando ao centro ou na tralha uma figura geométrica onde o Brasão Municipal é aplicado.

§ 2º - A Bandeira Municipal de Bagart obedecerá à essa regra geral, com o padrão pelo estilo esquartelado e o salto que é constituído por faixas que unem os cantos da bandeira e se entrecusam ao centro, tendo brancura neste uma figura geométrica uma figura no caso, um círculo, onde o brasão é aplicado.

§ 3º - O Brasão aplicado na Bandeira representa o Governo Municipal e o círculo branco onde se contém representa a própria cidade sede do Município; o círculo é símbolo da eternidade, porque se trata de uma figura geométrica que não tem princípio nem fim; a cor branca é símbolo de paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza, religiosidade. As faixas que partem do círculo central, brancas e carregadas de sobrefaixas pretas que

esquartela a bandeira, representa a irradiação do poder municipal que expande a todos os quadrantes do seu território: a cor preta é símbolo de austeridade, prudência, sabedoria, moderação, firmeza de caráter. Os quartéis de Vermelho, assim constituídos representam as propriedades rurais existentes no território municipal; a cor vermelha é símbolo de amor pátrio, dedicação, audácia, ousadia, coragem valente.

Artigo 7º - De conformidade com as regras heráldicas a bandeira Municipal terá as dimensões oficiais adaptadas para a bandeira Nacional, ficando-se em consideração, 14 (quatorze) módulos de altura da tralha por 20 (vinte) módulos de comprimento do retângulo.

§ Único - A Bandeira Municipal poderá ser reproduzida em bandeirinhas de papel nas comemorações efêmeras, observando-se sempre, os módulos e cores heráldicas.

Artigo 8º - No Gabinete de Prefeito será mantido o livro de registro de todas as bandeiras Municipais mandadas confeccionar, que sejam por conta do Município, quer seja por conta de terceiros com autorização especial, determinando-se os dados, estabelecimentos para os quais foram determinadas, bem como todo e qualquer ato relacionados com as mesmas.

§ Único - Preferencialmente, a inauguração de uma bandeira deverá ser efetuada em solenidade cívica, podendo ser designado um padrinho, com honras especiais, seguindo-se o hasteamento com execução de marcha batida, o Hino Nacional ou Municipal para em seguida proceder-se ao juramento feito pelos

padrinhos (podendo ser acompanhado por todos os presentes) que, prestando a continência de juramento (braço direito estendido a mão espalmada para baixo), fizesse as seguintes palavras "JURO HONRAR, AMAR E DEFENDER OS SÍMBOLOS MUNICIPAIS DE LAGARTO-SERGIPE, E LUTAR PELO ENGRANDECIMENTO DESTA CIDADE, COM LEALDADE E PERSEVERÂNCIA); O acontecimento será consignado em ata, conforme determina este artigo.

ARTIGO 9º - As Bandeiras Velhas ou rotas serão incineradas, de conformidade com o disposto no artigo 33 do Decreto Lei Nº 4.545 de 31 de Julho de 1942, registrando-se o fato no livro especial.

§ Único - Não será incinerada, mas reconhecida ao Museu Histórico Municipal, o exemplar da bandeira Municipal ao qual esteja ligado fato de referência significação histórica do Município, como no caso da primeira Bandeira Municipal inaugurada após a sua instituição.

ARTIGO 10º - A Bandeira Municipal deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso a noite, uma vez que se encontre convenientemente iluminada; normalmente, far-se-á o hasteamento às 8 horas e o arreamento às 18 horas.

§ 1º - Quando a Bandeira Municipal é hasteada em conjunto com a Bandeira Nacional, estará disposta à esquerda desta; sendo que a Bandeira Estadual for também hasteada, ficará a Nacional ao centro, rodeada pela Municipal à esquerda e a Estadual à direita, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.

§ 2º - Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, um rua ou praça, entre edifícios ou em portas, será colocada ao compri-

de, de modo que ao lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural voltada para cima.

§ 3º - Quando aparecer em sala ou salas, por motivo de reuniões, conferências ou solenidades, ficará a Bandeira Municipal distendida ao longo da parede, por trás da cadeira da presidência, ou no local da tribuna, sendo acima da cabeça do respectivo ocupante, observando-se o disposto no § 1º deste artigo, quando colocada em conjunto com a Bandeira Nacional e Estadual a direito, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.

§ 4º - Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios ou em postes, será colocada ao comprimento, de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural voltada para cima.

§ 5º - Quando aparecer em sala ou salas por motivo de reuniões, conferências ou solenidades ficará a Bandeira Municipal distendida ao longo da parede, por trás da cadeira da presidência, ou do local da tribuna, sempre acima da cabeça do respectivo ocupante, observando-se o disposto no parágrafo 1º deste artigo, quando colocada em conjunto com as bandeiras Nacional e Estadual.

Artigo 11 - A Bandeira Municipal deve ser hasteada obrigatoriamente nas repartições e prédios municipais, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, nas instituições particulares de assistência, letras, artes, ciências e desportos.

§ 1º - nos dias de festas ou festas Municipais, Estaduais ou Nacionais;

§ 2º - diariamente na fachada dos edifícios -

sede dos poderes Legislativo e Executivo Municipal, isoladamente em dias de expediente comum e em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional em datas Festivas;

§ 3º - Na Fachada do Edifício-sede do Poder Executivo, será a Bandeira Municipal hasteada isoladamente em dias de expediente comum, sempre que estiver presente o Chefe do Executivo, sendo recolhida na ausência deste;

§ 4º - Na Fachada do edifício-sede do Poder Legislativo em dias de sessão.

ARTIGO 12º - Em Funeral, para o hasteamento, será a Bandeira Municipal levada ao tope do mastro, antes de ser baixada a meia adriça ou meio mastro, e subirá novamente ao tope, antes do arriamento; sempre que conduzida em marcha, e fútil será indicada por um faço de crêpe atado junto à lança.

§ Único - Somente por determinação do Prefeito Municipal, será a Bandeira Municipal hasteada em Funeral, não podendo ser, todavia, em dias Feriados.

ARTIGO 13º - Quando distendida sobre esquife mortuário de cidadãos que tenha direito a esta homenagem, Fixará a tralha de lado da cabeça do morto e a coroa mural de Brasil à direita, devendo ser retirada por ocasião do sepultamento.

ARTIGO 14º - Nos desfiles, a Bandeira Municipal contará com uma Guarda de honra, composta de 6 (seis) pessoas, sendo 1 (uma) a porta bandeira, seguindo à testa da coluna quando isolada ou precedida pelas Bandeiras Nacional e Estadual quando estas também estiverem concorrendo ao desfile.

ARTIGO 15º - Os estabelecimentos de Ensino

Municipal, deverá manter a Bandeira Municipal em lugar de honra, quando não estiver hasteada, do mesmo modo procedendo-se com as Bandeiras Nacional e Estadual.

ARTIGO 16º - É terminantemente proibido o uso da Bandeira Municipal para servir de pano de mesa em solenidades, devendo ser obedecido o previsto no § 3º do Art. 10º da presente Lei.

ARTIGO 17º - É proibido o uso e hasteamento da Bandeira Municipal, em locais considerados inconvenientes pelos poderes competentes.

SECÇÃO III

DO HINO MUNICIPAL

ARTIGO 18º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar serviços de um compositor ou instituir concurso entre compositores para a escolha do Hino Municipal.

§ Único - A regulamentação do Hino Municipal obedecerá em princípio a presente Lei e o prescrito no Decreto Lei Nº 4.545 de 31 de Julho de 1942, com relação ao Hino Nacional.

SECÇÃO IV

DO BRASÃO MUNICIPAL

ARTIGO 19º - O Brasão de armas de Bazarito, de autoria do Heráldista Professor Arcinó António Peixoto de Farias, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, é descrito em termos próprios da seguinte forma:
ESCUDO SAMNITICO EM CIMA PELA COROA MURAL DE

DOIS TORES, DE ARGENTE E ILLUMINADA DE GOLES,
EM CAMPO DE ARGENTE, POSTO EM ABISMO, UM LAGARTO
PASSANTE DE SABLE, EM CHEFE A CRUZ "TAU" DE
GOLES, CADEADA DE DUAS CARANTAS AO NATURAL E
AO TERMO, ACONTONADAS, DUAS BUZINAS DE CAÇA, ESTI-
LO BOLADEIRO, DE GOLES, COMO SUPORTES, À DESTRA E
SINISTRA HASTES DE FUMO AO NATURAL, ENTRECURSADAS
EM PONTA, SOBRE AS QUAIS SE SOBREPÕEM UM LISTEU
DE GOLES, CONTENDO EM LETRAS ARGENTINAS O TOPONI-
MO "LAGARTO" CADEADO PELA DATA "20-04-1880".

§ Único - O Brasão, descrito neste Art. em
termos próprios de heráldica, tem a seguinte inter-
pretação simbólica:

a) O escudo sanitico, usado para repre-
sentar o Brasão de Armas de Lagarto, foi o pri-
meiro estilo de Escudo introduzido em Portugal por
influência Francesa, herdado pela heráldica Brasi-
leira como evocativo da raça colonizadora e
principal formadora da nossa Nacionalidade;

b) A coroa mural que o sobrepõe é o
símbolo universal dos Brasões de domínio que,
sendo de argente (Prata) de oito torres, das quais
apenas cinco são visíveis em perspectivas no de-
senho, classificada a cidade representada na se-
gunda grandeza, ou seja, sede de Comarca;

c) o metal argente (Prata) do campo do
escudo é símbolo heráldico da paz, amizade, traba-
lho, prosperidade, pureza e religiosidade.

d) Em abismo (centro ou coração do Escudo),
o lagarto de sable, (Preto), vem a se constituir na
peça parlante do escudo, pois lembra o topônimo da
cidade que se originou de uma pedra que se
assemelha ao lagarto;

e) A cor sable (preto) é símbolo de auten-
tidade.

de, constância, sabedoria, moderação, firmeza de caráter;

f) Em chefe (parte superior do escudo), a cruz "TAU" de goles (vermelha) é o símbolo heráldico de Santo Antônio, padroeiro do Povoado do mesmo nome, onde teve início esta cidade em 1596.

g) as faixas ao natural que ladeiam a cruz "TAU" representam a citricultura, atividade econômica atualmente muito desenvolvida;

h) a cor goles (vermelha) é símbolo de amor-pátrio, dedicação, audácia, intrepidez, coragem, valentia;

i) ao termo (parte inferior do escudo), as bugiomas de cora estilo boiadeiro de goles (vermelha), representam a pecuária, uma das bases da economia municipal;

j) nos ornamentos exteriores, as hastes de fumo ao natural identificam o principal produto oriundo da terra dadivosa e fértil;

k) no listel de goles (vermelho em letras brancas) inseriu-se o topônimo identificado "LAGARTO" datado pela data "20-04-1880" de sua emancipação política.

ARTIGO 2º - O Brasão será reproduzido em efichês, para timbrar a documentação oficial do Município de Lagarto Estado de Sergipe, com a representação icnográfica das cores, em conformidade com a Convenção Internacional, quando a impressão é feita a uma só cor e a obediência das cores heráldicas, quando a impressão é feita em policromia.

ARTIGO 3º - Objetivando a divulgação municipalista, o Brasão Municipal poderá ser reproduzido em decalcomanias, Brasões de Fachada, Flâmulas,

clichês, distintivos, medalhas e outros materiais, bem como apostos a objetos de arte, desde que, em qualquer reprodução sejam observados os modelos e cores heráldicas.

§ Único - Será a Comenda constituída por medalha de Braso, esmaltada em cores ou fundida em metal - Ouro ou Prata - Fixada em lapela com as cores Municipais, acompanhada de Diploma da Ordem de "Comendador da Ordem Municipal de Braso".

ARTIGO 23º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGARTO/SE,
em 22 de março de 1972.

(a) JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

(a) CLEIDE PRATA RIBEIRO
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

José Gregório de Freitas, no exercício das suas funções
Gabinete do Prefeito Municipal de Lagarto, 30 de março de 1972.
João de Souza - Prefeito Municipal de Lagarto - Cleide P. Ribeiro - Sec. de Administração
Decreto nº 156 - Exonera Diretor do Departamento Municipal de
Energia Elétrica.

O Prefeito Municipal de Lagarto (se), no uso de suas atribuições le-
gis, resolve exonerar o Sr. Jorge Ribeiro Braga das funções de Diretor
Comercial do Departamento Municipal de Energia Elétrica desta Pre-
feitura - Gabinete do Prefeito Municipal de Lagarto (se), 01 de abril de
1972 - José Ribeiro de Souza - Prefeito Municipal - Cleide Braga Ribeiro -
Secretaria de Administração.

Decreto nº 157 Nomeia Diretor do Departamento de Educação, Saúde
e Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Lagarto (se), no uso de suas atribuições legis
resolve nomear o Sr. Jorge Ribeiro Braga - Oficial de Administração nível
13/A, do quadro de pessoal desta Prefeitura, para exercer as funções de car-
go de Diretor do Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social
em Comissão - Símbolo CC-2, com vencimentos constante da Ta-
bela mencionada no Art. 12, da Lei nº 235, de 22 de abril de 1971,
modificada pela Lei nº 262, de 30 de dezembro de 1971. Gabinete do
Prefeito Municipal de Lagarto, em 01 de abril de 1972. José Ribeiro de Souza
Prefeito Municipal - Cleide Braga Ribeiro - Sec. de Administração

Lei nº 264 - Aumento de valor numérico das Subvenções
Sociais

O Prefeito Municipal de Lagarto, faz saber que a Câmara de Vereado-
res de Lagarto, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar em valor nu-
mérico na base de percentual da fixação de despesa no
orçamento vigente, das Subvenções Sociais às Entidades assim
discriminadas: Maternidade Monsenhor Paltus ----- 50%
Maternidade Zacarias Junior ----- 50% Hospital N.S. da
Conceição ----- 100%.

Art. 2º - Fica autorizado abrir o Crédito Suplementar até o montante da despesa que for necessário, em atendimento do aumento percentual.

Art. 3º - A referida despesa fora fixa a manutenção com pessoal das referidas Entidades.

Art. 4º - A despesa igual valor correrá por conta do superávit Financeiro do exercício de 1971.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir desta data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Jagato (se), em 3 de abril de 1972. José Ribeiro Souza - Prefeito Municipal - Cleide Prata Ribeiro - Sec. de Administração.

Decreto nº 158 - Transfere Regente de Ensino

O Prefeito Municipal de Jagato (se), no uso de suas atribuições legais, resolve transferir a Regente de Ensino Judite da Santos, regendo a Escola Municipal Desembargador Bruno Santiago, no Poi: Selvado do Baixo, para lecionar regendo

Escola Municipal Mons. José Geminiano de Freitas, no Poi: João Inédas, em virtudes da exoneração da Regente de Ensino Glória Batista da Santos. Gabinete do Prefeito Municipal de Jagato, 03 de abril de 1972. José Ribeiro de Souza - Prefeito Municipal - Cleide Prata Ribeiro - Sec. de Administração.

Decreto nº 159 - Aumento de valor numérico das subvenções sociais

O Prefeito Municipal de Jagato. Faço saber que a Câmara e Vereadores de Jagato, aprovou e eu sanciono e promulgo seguinte Decreto:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado aumentar em valor numérico na base percentual da fixação da despesa no orçamento vigente das Subvenções Sociais das entidades assim discriminadas:

Maternidade Monsenhor Daltro	50%
Maternidade Zacarias Junior	50%
Hospital N. S. da Conceição	100%

Art. 2º - Fica autorizado abrir o Crédito Suplementar até o